



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise Estratégica (RAE)

### 1. Informações Gerais

<b>Data:</b> 17/10/2017	<b>Horário:</b> 10 h às 12h30	<b>Local:</b> sala 17 – bloco D – CNJ
-------------------------	-------------------------------	---------------------------------------

**Participantes:**

Sr. Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do CEAJUD  
Sr. Antonio Carlos Stangherlin Rebelo, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário  
Sra. Erica Rosana Silva Tanner, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário  
Sra. Gabriela Moreira de A. Soares, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias  
Sr. Marcelo Lauriano Lúcio, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - Substituto  
Sr. Ronaldo Araújo Pedron, Chefe de Gabinete da Ouvidoria  
Sr. Getúlio Vaz, Secretário de Administração  
Sr. Luiz Claudio Fontoura da Cunha, Secretário de Comunicação Social  
Sra. Raquel Wanderley da Cunha, Secretária de Gestão de Pessoas  
Sr. Wernne Silva, Secretário de Orçamento e Finanças  
Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica  
Sra. Mariana Silva Campos Dutra – Secretária Processual  
Sra. Luciana Cristina G. Coelho Matias – Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral  
Sr. Salatiel Gomes dos Santos – Secretário de Controle Interno

**Facilitador**

Sr. Adilson Medeiros da Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional

**Equipe técnica DGE**

Sr. Ricardo Augusto de Holanda Cavalcanti Junior, Chefe da Seção de Planejamento Institucional  
Sra. Neuma Christina Lopes Nunes, Servidora da Seção de Planejamento Institucional

**Servidores do CNJ**

Sra. Rejane Maria Rodrigues Neves, Chefe da Seção Comunicação Institucional/SCS  
Sra. Kristien de Godoi Roepke, Servidora da Secretaria de Comunicação Social  
Sr. Jônathas Seixas de Oliveira, Seção de Comunicação Institucional/SCS  
Sr. Antônio Ferreira de Melo Filho, Chefe da Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação/DTIC  
Sr. Igor Guimarães Pedreira, Servidor da Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise Estratégica (RAE)

### 2. Objetivos da reunião

Realizar a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) do CNJ, visando apresentar o desempenho dos indicadores e iniciativas de 2017, considerando o período de janeiro a agosto do corrente ano; dialogar sobre eventuais dificuldades encontradas na mensuração dos resultados e identificar soluções para os problemas percebidos na execução da estratégia do CNJ.

### 3. Pauta

- Abertura dos trabalhos pela Diretora do Departamento de Gestão Estratégica;
- Apresentação dos resultados dos indicadores e iniciativas, bem como possíveis gargalos e soluções;
- Panorama geral dos resultados dos indicadores e iniciativas estratégicas de 2017;
- Considerações finais.

### 4. Abertura

A Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Sra. Fabiana Gomes, abriu a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) - que visa o monitoramento da execução dos indicadores e iniciativas que compõem o Planejamento Estratégico do CNJ. Em seguida, informou sobre a elaboração da ata do evento e franqueou a palavra ao facilitador, Sr. Adilson Medeiros da Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional.

### 5. Apresentações

O Sr. Adilson Medeiros da Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional e facilitador da reunião, apresentou a agenda de trabalho composta



## **Conselho Nacional de Justiça**

### **Reunião de Análise Estratégica (RAE)**

por: apresentação dos resultados dos indicadores e iniciativas estratégicas 2017 (janeiro a agosto); panorama geral dos resultados dos indicadores e iniciativas estratégicas de 2017 e considerações finais. Explicou também que cada gestor faria a apresentação dos resultados de sua unidade.

#### **5.1. Desempenho dos Indicadores e principais Iniciativas Estratégicas**

##### **5.1.1 Departamento de Gestão de Estratégica – DGE**

A Sra. Fabiana Gomes, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, apresentou os resultados dos indicadores e iniciativas do departamento ressaltando as características e relevância do indicador 1, que mede o índice de cumprimento da meta nacional 1. Sobre o indicador 4 explicou a forma de seleção dos processos prioritários que o compõem. Em relação às iniciativas, esclareceu que o “Encontro Nacional do Poder Judiciário 2017” será realizado em 20 e 21 de novembro e por isso a iniciativa não foi implantada até a medição de agosto; a iniciativa “Formulação das metas nacionais 2018” foi concluída em 4 e 5 de setembro, e que por isso não refletiu no levantamento de agosto; sobre o “Mapeamento das atividades relevantes nos processos organizacionais” informou que está dentro da expectativa de realização; acerca da iniciativa “Implementar metodologia de gestão de processo”, deu destaque à publicação da matéria sobre a metodologia de gestão de processos, à importância do fato dos gestores, com esse instrumento, terem maior autonomia na implantação de melhorias dos processos, e à relevância da gestão de processos na gestão do conhecimento. Sobre a iniciativa “Plano de comunicação do Planejamento Institucional” informou que o trabalho está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria de Comunicação Social e solicitou apoio dos gestores com o lançamento da cartilha. Explicou, por fim, que a iniciativa “Revisão da metodologia de gerenciamento de projetos” está um pouco mais atrasada que as demais, mas que estão sendo feitas tratativas junto à Secretaria-Geral para adequar a metodologia de gestão de projetos à linguagem dos gestores no CNJ.



## **Conselho Nacional de Justiça**

### **Reunião de Análise Estratégica (RAE)**

#### **5.1.2 Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI**

O Sr. Marcelo Lauriano Lúcio, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – Substituto, destacou que o indicador 31 tem como objetivo as parcerias entre o CNJ e demais órgãos da administração pública, e que as condições para as implementar melhoraram a partir de julho/agosto de 2017. Isso, somado a outros fatores externos, prejudicou o desenvolvimento do indicador. Sobre o indicador 32 informou que, mesmo não tendo sido mensurado em agosto, em setembro foi realizado levantamento nos tribunais para mensurar os índices de governança. Adiantou que o índice atingido nessa medição foi de 0,68 e que, em virtude desse bom resultado, foi proposto o índice de 0,72 para 2018, que eleva o patamar de maturidade para “aprimorado”. Acerca das iniciativas, informou que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação –PDTIC - foi publicado e que estão sendo realizados os ajustes necessários para 2018; a Política de Segurança da Informação foi encaminhada para a Secretaria-Geral; O Plano Anual de Capacitação está sendo executado, mas devido às prioridades apresentadas no período não conseguiram avançar muito; sobre a Política de Gestão de Sistemas da Informação do CNJ, explicou que tem o objetivo de apresentar todas as responsabilidades dos gestores de sistemas da informação e que a Presidente do CNJ já teve acesso à documentação; com relação à Política de Gestão de Pessoas, informou que alguns aspectos foram desenvolvidos, mas que ainda há muito a ser feito; informou que a iniciativa “Instituição dos processos de gestão da Segurança da Informação” culmina no desdobramento de várias iniciativas menores no departamento de TI que estão sendo desenvolvidas, mas ressaltou que a segurança é um tema muito dinâmico; esclareceu que a Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura – COAI - é a área responsável pelo desenvolvimento de todos os serviços operacionais do CNJ e que a iniciativa “Mapear e modelar as principais atividades operacionais da COAI” está em curso; sobre a “Elaboração do Catálogo de Serviços do DTI” explicou que está correlato com as atividades operacionais da coordenadoria; acerca da



## **Conselho Nacional de Justiça**

### **Reunião de Análise Estratégica (RAE)**

“Adequação de metodologia de desenvolvimento de sistemas do CNJ conforme requisitos da ENTIC-JUD”, explicou que está atrelada à questão do sistema de informação conforme os requisitos forem estabelecidos na ENTIC.

#### **5.1.3 Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO**

O Sr. Antonio Carlos Stangherlin Rebelo, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário, explicou que o indicador 23 está relacionado com transparência, e que há interesse do departamento em captar os dados de execução orçamentária dos tribunais de justiça, pois nos estados o CNJ não tem acesso aos sistemas. Explicou que o indicador mede o índice de publicação dos dados, que são do relatório de gestão fiscal, dos formulários da Resolução CNJ n. 102, de 15/12/2009 (anexo I e II) e da Resolução CNJ n. 195, de 3 de junho de 2014. Informou que possivelmente irão repensar a forma como estão computando os dados para medir o indicador, pois, no momento, somente são consideradas as publicações que estão no prazo, conforme estabelece a Resolução do selo, mas que isso não interfere para os fins do indicador 23. Com essa mudança na forma de medição, estima que haja uma modificação positiva no índice. Realçou que a meta para 2020 é ter 95% dos tribunais com publicação de pelo menos 80% do que é exigido. Informou que, com relação ao RGF, a publicação é 100% cumprida, mas em relação às resoluções esse resultado não se repete. Após a apresentação, o Sr. Salatiel Gomes dos Santos – Secretário de Controle Interno - perguntou quais os mecanismos usados pelo DAO perante os tribunais para que as publicações sejam feitas no prazo, ao que o Sr. Antonio Carlos respondeu que os coordenadores fazem contato diretamente com os tribunais.

#### **5.1.4 Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF**

O Sr. Wernne Silva, Secretário de Orçamento e Finanças, informou que, para o cumprimento do indicador 24, é necessária a colaboração dos coordenadores de ação e que estão realizando reuniões periódicas com as áreas, sobretudo com aquelas que o índice de execução está baixo. Ressaltou em especial o processo



## **Conselho Nacional de Justiça**

### **Reunião de Análise Estratégica (RAE)**

de contratação em TI. Informou que há indicativos de que nesse momento do ano não surjam novas demandas e que a liquidação será do que já foi contratado. Sendo assim, as medidas que estão sendo tomadas são no sentido de identificar as empresas que ainda não tenham faturado e solicitar que o façam. Explicou que medidas estão sendo tomadas para adequação à EC n. 95 de 2016. Há o esforço para inscrever o mínimo possível em restos a pagar. Sobre a iniciativa “Sistema de Apuração de Custos no CNJ” ainda não houve autorização para que seja iniciada. O Sr. Marcelo Lauriano pediu a palavra para explicar que algumas demandas de TI não foram aprovadas e que fatores externos represaram algumas demandas, por isso provocaram impacto negativo na liquidação.

#### **5.1.5 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD**

O Sr. Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do CEAJUD, explicou que a área executou 1,4% do orçamento previsto para o ano e que somente um projeto foi aprovado. Por essa razão, optou-se por suprimir os dois indicadores do CEAJUD relacionados à execução orçamentária. Em relação ao indicador 07, capacitaram quase 18.000 servidores em cursos abertos, que não demandam recursos orçamentários. Alertou que no primeiro trimestre não houve divulgação dos cursos porque antes deveria ser feita uma análise do que seria ofertado pela alta administração. Com relação ao Indicador 8, aguardam aprovação do Plenário. Sobre a iniciativa “Relatório sobre Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário”, informou que está atrasada porque depende do novo sistema que está sendo desenvolvido pelo DTI. Por fim, ressaltou que estão investindo em projetos/publicações que não envolvem custos, dos quais estão aguardando aprovação para serem implantados, entretanto, observou que a falta de recursos tem prejudicado a missão do CEAJUD, pois a metodologia fica aquém do que se pretende ofertar.



## **Conselho Nacional de Justiça**

### **Reunião de Análise Estratégica (RAE)**

#### **5.1.6 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF**

O DMF foi representado pela Sra. Erica Rosana Silva Tanner, que explicou que o indicador 20 abrange vários projetos. Relatou que além dos projetos que já estavam sendo trabalhados pelas outras gestões estão desenvolvendo outros, quais sejam: Projeto de atenção às vítimas (em fase de estudos); APAC para o socioeducativo - forma mais integrativa para manutenção dos jovens e busca por um menor índice de reincidência; Diagnóstico das varas de execução pena – já foi feito diagnóstico; Reunião Especial de Jurisdição (preso provisório) – conseguiu-se redução da população de presos provisórios de 41% para 39% com análise de 90.000 processos e manutenção de 76% das prisões; Núcleo Especial de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional da Região Norte – está sendo finalizado; Reunião Especial Jurisdição (Grau de Recurso) – obteve resultados significativos que serão divulgados após apresentação do relatório; Banco Nacional de Monitoramento das Prisões – em fase de lançamento e fornecerá informação sobre a população carcerária. Após explanação, o Sr. Marcelo Lauriano trouxe a informação de que, por determinação da Sra. Presidente do CNJ, o ajuste da calculadora que está no sistema definitivamente concluído até o dia 15 de novembro e que seja conduzido pela equipe do CNJ. Por fim, a Sra. Erica solicitou apoio da Secretaria de Comunicação Social e do CEAJUD para divulgação dos tutoriais nos 27 Estados.

#### **5.1.7 Ouvidoria – OUV**

A Ouvidoria do CNJ foi representada pelo Sr. Ronaldo Araújo Pedron, Chefe de Gabinete da Ouvidoria. Explicou que o indicador 15 é quantitativo e computa as demandas relativas ao CNJ, por isso compartilhado por todos os setores. Agradeceu a colaboração das demais unidades pelas respostas relativas a Lei de Acesso à Informação, quase sempre encaminhadas no prazo. Solicitou atenção a esses pedidos e ressaltou a importância dessa ferramenta no processo da transparência da Administração Pública. Sobre o indicador 16,



## **Conselho Nacional de Justiça**

### **Reunião de Análise Estratégica (RAE)**

informou que é qualitativo e que a pesquisa de satisfação é feita por meio de link disponibilizado aos participantes. Acerca da iniciativa “Ouvidoria de justiça: agentes potencializadores”, informou que 50% dos 22.000 casos recebidos no ano diz respeito à morosidade processual, e que, considerando esse diagnóstico, o objetivo da iniciativa é atuar de forma proativa. O projeto prevê que, ao final do atendimento da reclamação de morosidade processual, o demandante receba informações básicas sobre a possibilidade de se aplicar mediação ou conciliação na lide. Informou que 22 tribunais aderiram ao projeto, e que atualmente estão fazendo levantamento se os casos atendidos se desdobraram em mediação ou conciliação. Ao final, o Sr. Luiz Claudio Fontoura da Cunha, Secretário de Comunicação Social, sugeriu que haja mais interação entre a Ouvidoria e a SCS para divulgação dos trabalhos realizados. O Sr. Ronaldo Pedron aceitou a sugestão e se prontificou a preparar um pacote de informações para divulgação.

#### **5.1.8 Secretaria de Comunicação Social – SCS**

O Secretário de Comunicação Social, Sr. Luiz Claudio Fontoura da Cunha, abriu a sua apresentação tecendo considerações sobre a metodologia aplicada aos indicadores da SCS. Segundo o Sr. Luiz, a SCS depende das demais unidades do CNJ para fazer a produção de notícias, e que, além disso, a atuação da área é reativa aos fatos que acontecem no ambiente exterior, fora do controle da SCS. Essas características dificultam que as metas sejam alcançadas. Na sequência passou a palavra para a Sra. Rejane Maria Rodrigues Neves, Chefe da Seção de Comunicação Institucional, para apresentar os resultados. A Sra. Rejane reafirmou a dependência da SCS das demais unidades para produção de notícias e manifestou estranheza em relação ao resultado do indicador 17, suscitando a possibilidade de ter havido algum erro na transmissão das informações para o cálculo do resultado apresentado. Sobre o indicador 18, explicou a sua composição e deu destaque a alguns trabalhos feitos tais como o Justiça em Números, alguns projetos do DMF, trabalhos com o DGE e o trabalho



## **Conselho Nacional de Justiça**

### **Reunião de Análise Estratégica (RAE)**

com a Lei Maria da Penha. O Sr. Luiz Cláudio pediu a palavra para ilustrar a sua fala na abertura da reunião, sobre a dificuldade das projeções dos indicadores, explanando que o índice de repercussão do CNJ nas mídias não depende da SCS e não tem como prever qual será o patamar alcançado; afirmou que ainda não conseguiu entender como os valores foram estipulados. O Sr. Adilson Medeiros explicou que o indicador 18 foi criado em 2009 e é composto por diversas variáveis, tais como, CNJ nas mídias, as redes sociais, e a qualidade das informações geradas pela SCS. Informou também que para o estabelecimento da meta foi usada a linha de base do planejamento anterior e dos anos anteriores, e que, como os resultados alcançados estão próximos da meta, há um grau de certeza de que a metodologia esteja adequada, entretanto, não há impedimento para que o indicador seja aperfeiçoado em trabalho conjunto entre o DGE e a SCS, o que foi aceito pelo Sr. Luiz. Sobre o indicador 19, foi informado pela Sra. Rejane que a pesquisa de satisfação interna será feita em outubro, por isso o indicador ainda não foi mensurado.

#### **5.1.9 Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ**

O Departamento de Pesquisas Judiciárias foi representado pela Sra. Gabriela Moreira Soares, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, que iniciou sua apresentação mencionando a parceria com a SCS. Sobre o indicador 2, composto por 14 pesquisas, esclareceu que ele é dinâmico e sugeriu revisão pois, ao atingir a meta de 100%, a equipe ficaria ociosa. Sobre as pesquisas que compõem o indicador, informou o seguinte: “Justiça em números” concluído em setembro; sobre o “2º edital do Justiça Pesquisa” informou que no dia 19/10 os resultados serão apresentados; a “Pesquisa da Política de Atenção à Saúde de Magistrados e Servidores” está quase terminada; o “Balanço Socioambiental” já foi divulgado; o “Relatório sobre as Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios” é um painel já disponível e está sendo desenvolvido relatório analítico; o “3º Edital da Série Justiça Pesquisa” selecionou uma pesquisa de unificação de serventias e está em fase de contratação; informou que, como houve um baixo índice de contratação no 3º edital, foi lançado o 4º edital, que



## **Conselho Nacional de Justiça**

### **Reunião de Análise Estratégica (RAE)**

está aberto até o dia 26/10. Sobre o “Tribunal do Júri: condenações e absolvições”, relatou que se encontra em andamento, que foi feita uma publicação na revista do CNJ, e que o DPJ é responsável pela publicação do relatório do Mês Nacional do Júri, que ocorre em novembro, como também pelos dados periódicos sobre o Júri; o “Relatório CNJ Acadêmico” é um projeto que teve 4 anos de duração e fez o levantamento do impacto do CNJ nas pesquisas, além de ter tido publicação na revista do CNJ; sobre o “Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas” o relatório está quase pronto; sobre a “Avaliação da Semana pela Paz em casa e dos dados de Violência Doméstica Contra a Mulher” os relatórios serão publicados brevemente; o “Relatório Supremo em Ação” e “Aplicativo Supremo em Ação” foram entregues. Ao informar que o aplicativo não está disponível para Iphone, solicitou ajuda da DTI para analisar uma forma de resolver a questão; explicou como funciona o “Aplicativo JustiçaAqui”, feito pelo DPJ; a “Consulta de produtividade por magistrado e por serventia judicial” está disponível nos painéis do QlikView. Explicou que o indicador 3 é por demanda e explanou sobre a evolução: o “Selo Justiça em Números 2017” será entregue em novembro e conta com a participação e colaboração de várias áreas do CNJ; o “Prosperity Fund” foi um projeto financiado e está concluído; a “Análise do perfil do preso provisório” foi feito em parceria com o DMF no início do ano; a “Análise dos Planos de Ação da Resolução 219/2016” foi feita e trata do apoio aos planos de ação dos tribunais. Relatou que trabalham também em demandas dos gabinetes dos conselheiros que chegam pelo PJE e ressaltou os trabalhos de melhoria dos módulos de produtividade.

#### **5.1.10 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP**

A Sra. Raquel Wanderley da Cunha, Secretária de Gestão de Pessoas, informou que a SGP tem dois indicadores relacionados à capacitação (de servidores e gestores), que foram impactados pela questão orçamentária. Para contornar esta dificuldade, a área fez um levantamento de cursos “on-line” gratuitos disponibilizados por empresas privadas e instituições públicas e divulgou para



## **Conselho Nacional de Justiça**

### **Reunião de Análise Estratégica (RAE)**

os servidores do CNJ. Observou que a SGP tem consciência que esta iniciativa não resolve o problema na totalidade, mas que há oferta de bons cursos, e que essa iniciativa não inviabiliza a solicitação de demandas para treinamentos específicos. Sobre o indicador 12, informou que houve alteração na forma de medir – não considerava o número de horas – e por isso houve alteração nos resultados. Informou também que a metodologia de medição está sendo alterada e que o formulário será encaminhado aos gestores; sobre o “Índice de absenteísmo”, lembrou que o cálculo é diferente da iniciativa privada pois algumas ausências acontecem em decorrência do exercício de direitos do servidor; acerca do indicador 26, relatou que é uma questão de sensibilização para que os servidores, no mês de aniversário, façam os exames periódicos; o índice de ausência por motivo de saúde está dentro do esperado; sobre o “indicador sintético de iniciativas relacionadas à saúde e à qualidade de vida no trabalho”, informou que já era previsto que a maioria das iniciativas fossem realizadas no segundo semestre por causa do CNJ saudável – que é o projeto com ampla divulgação e adesão dos servidores; informou que o indicador 29 (índice de participação nas ações relacionadas à saúde e à qualidade de vida no trabalho) foi criado em 2017 e que objetiva não somente a produção de atividades mas sobretudo que atinja o público alvo; o indicador 30 (índice de rotatividade) está dentro do esperado e que a pouca oferta de concursos impacta esse resultado. Sobre as iniciativas, ressaltou a importância do “Mapeamento de Competências do Conselho Nacional de Justiça – CNJ” e informou que já foi aprovado; a “Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)” já está aprovada, aguarda aprovação do orçamento e impacta várias áreas; o “Centro de apoio e cuidado infantil para os dependentes dos servidores do CNJ” foi aprovado; a “Implementação do Programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT)” está em fase final; o “Provimento de cargos criados pela Lei nº 12.463/2011” está concluído; o “Dimensionamento da Força de Trabalho” será realizado em parceria com o Departamento de Gestão Estratégica; a “Regulamentação/alteração de normativos internos do CNJ afetos à Seção de Legislação – SELEG” está em andamento. Enfatizou a importância da RAE para



## **Conselho Nacional de Justiça**

### **Reunião de Análise Estratégica (RAE)**

dar conhecimento dos projetos em andamento das demais unidades.

#### **5.1.11 Secretaria de Administração – SAD**

O Sr. Getúlio Vaz, Secretário de Administração, iniciou sua apresentação explicando que o indicador 5 (índice geral de racionalização de recursos) não depende só da SAD e abordou em especial a questão do consumo de água e de energia elétrica, relatando que o consumo da primeira caiu com a instalação dos filtros, mas gerou aumento da segunda; quanto à energia elétrica, observou que o consumo continua pressionado pela utilização de aparelhos de ar condicionado. Relatou sobre a iniciativa de desligamento dos aparelhos nos meses de julho e agosto e esclareceu que a energia do bloco B é mais cara. Sobre o indicador 6 (índice de Implementação do Plano de Logística Sustentável e de execução de suas ações), ressaltou a questão da coleta seletiva. A Sra. Fabiana Gomes pediu a palavra e realçou a importância do apoio dos gestores para a questão do PLS, que na primeira medição teve bons resultados, mas requer esforço constante. Informou que o relatório do PLS será publicado com apoio da SCS. Dando continuidade à sua apresentação, o Sr. Getúlio explicou que o plano de contratações é um indicador que depende da ação das demais unidades. Acerca do indicador 22 “índice de unidade do CNJ com infraestrutura adequada (IU)”, observou que todas as unidades estão fisicamente bem instaladas e que há previsão de entrega de um dos elevadores do bloco B até o natal. Relatou algumas iniciativas que estão feitas tais como renegociação de contratos, redução do consumo de combustíveis e de água, remanejamento de terceirizados, coleta de lixo e desligamento de aparelhos de ar condicionado.

#### **5.1.12 Secretaria Processual - SPR**

A Sra. Mariana Silva Campos Dutra – Secretária Processual – apresentou as duas iniciativas da SPR. Relatou que o plano de classificação e a tabela de temporalidade ainda não estão concluídos porque duas áreas ainda não devolveram os questionários, mas que a expectativa é que até o final do ano a



## **Conselho Nacional de Justiça**

### **Reunião de Análise Estratégica (RAE)**

iniciativa seja concluída. Sobre a digitalização do acervo explicou as fases anteriores, os esforços para antecipar a conclusão da iniciativa e os ganhos que trará, facilitando a consulta dos processos via SEI, bem como evitando seguidas idas ao SAAN para busca de processos físicos, o que acarretará em economia de combustível.

#### **5.1.13 Gabinete do Diretor Geral – GDG**

A Sra. Luciana Cristina G. Coelho Matias, Chefe de Gabinete, representou a Diretoria-Geral e explicou que houve alteração no escopo da iniciativa para implantação da gestão de riscos, que agora abrange as unidades da Diretoria-Geral, em vez de todo o CNJ. Citou os treinamentos já havidos no ano passado e o apoio que o projeto recebe do DGE e do Controle Interno. Com a redefinição do escopo, a data de entrega prevista é setembro de 2018.

## **6. Encerramento**

Encerradas as apresentações, o Sr. Adilson Medeiros explanou sobre a compilação dos resultados apurados de janeiro a agosto de 2017 e o impacto sobre os objetivos estratégicos.

A Sra. Fabiana Gomes fez os agradecimentos finais, reforçou a importância da reunião conjunta com todos os gestores e das reuniões setoriais, bem como informou que a ata será disponibilizada posteriormente.

O Sr. Salatiel Gomes do Santos parabenizou pela realização do evento e sugeriu que nas próximas reuniões os gestores apresentem as dificuldades que estão enfrentando para alcançar os resultados e quais são as providências que estão sendo tomadas para superá-las. Informou que está sendo liberado o Relatório de Auditoria de Gestão e sugeriu que os gestores o acessem.